



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (ICSA)
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Maria Aparecida da Silva Rodrigues

**VULNERABILIDADES NA INFÂNCIA: ANÁLISES DO PROGRAMA
CRIANÇA FELIZ NA CIDADE DE REDENÇÃO, CEARÁ.**

REDENÇÃO - CE

2021

Maria Aparecida da Silva Rodrigues

**VULNERABILIDADES NA INFÂNCIA: ANÁLISES DO PROGRAMA CRIANÇA
FELIZ NA CIDADE DE REDENÇÃO, CEARÁ.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Administração pública da UNILAB, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

ORIENTADORA: PROFA. DRA. ELIANE BARBOSA DA CONCEIÇÃO

REDENÇÃO - CE

2021

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Rodrigues, Maria Aparecida da Silva.

R696v

Vulnerabilidade na infância: análises do programa criança feliz na cidade de Redenção, Ceará / Maria Aparecida da Silva Rodrigues. - Redenção, 2021.
46f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública - Semestral, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2021.

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Barbosa da Conceição.

1. Política Pública. 2. Vulnerabilidade Social. 3. Famílias Carentes. 4. Infância. I. Título

CE/UF/BSCA

CDD 320

Maria Aparecida da Silva Rodrigues

**VULNERABILIDADES NA INFÂNCIA: ANÁLISES DO PROGRAMA CRIANÇA
FELIZ NA CIDADE DE REDENÇÃO, CEARÁ.**

Monografia julgada e aprovada para a obtenção do Diploma de
Graduação em Administração Pública da Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Data: __/__/__

Nota: _____

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Eliane Barbosa da Conceição (Orientadora)

Prof. Dr. Alexandre Oliveira Lima

Prof. Dr. Hugo Marco Consciência Silvestre

Dedico este trabalho aos meus pais Antonia da Silva Rodrigues e Sebastião Rodrigues da Silva que acreditaram e me incentivaram a estudar e chegar até aqui.

A todos meus familiares em especial ao meu Marido Alexandre Pereira Aquino que esteve ao meu lado nos momentos bons e ruins, sempre me apoiando e compreendendo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por estar sempre me protegendo e guiando meus passos, pois sem ele nada disso teria sido possível de ser alcançado.

Agradeço a minha Mãe e ao meu Pai que sempre estiveram ao meu lado torcendo para que eu alcançasse esse sonho, obrigada por sempre acreditarem e nunca terem me deixado desistir, obrigada amores da minha vida.

Agradeço aos meus irmãos Gladsgton, Danilo, Ailton e Wittalo que assim como meus Pais sempre estiveram ao meu lado, obrigada por tudo.

Agradeço de uma forma especial ao meu marido que sempre esteve ao meu lado me apoiando e me incentivando ao melhor, obrigada amor por estar comigo.

Agradeço também as minhas cunhadas Edilene, Jessica e Normana pelo apoio, obrigada meninas.

Agradeço aos meus pequenos grandes sobrinhos e afilhados Milena Evila, Nicole Evelin, Nicolas Kevin, Mikael Levi e Valentina, obrigada meus amores por sempre estarem comigo.

Agradeço a todos os meus amigos da universidade em especial a Dany, Karyne, Jesk, Tay e Naty, meninas saibam que a amizade de vocês é essencial para mim, obrigada amigas por todo apoio nos momentos difíceis, vocês fazem parte dessa vitória.

Agradeço a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), ao Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), a todos os professores da UNILAB, por seus ensinamentos, e aos rapazes que trabalham no Instituto Keryson e Leonardo que sempre tiveram paciência comigo, obrigada.

Agradeço em especial a minha querida Orientadora Professora Doutora Eliane, obrigada Professora pela paciência e carinho.

Agradeço a banca examinadora, que vem contribuir enormemente com o trabalho, representada pelos professores Alexandre e Hugo, aos quais tenho grande admiração

A todas entrevistadas do Programa Criança Feliz do município de Redenção Ceará, sou muito grata pela colaboração e atenção a mim dispensada.

Enfim a todos direta e indiretamente que sempre me apoiaram e acreditaram que este dia iria chegar meu muito obrigada.

“Ainda há gente que não sabe, quando se levanta, de onde virá a próxima refeição e há crianças com fome que choram.”

(Nelson Mandela)

RESUMO

O Programa Criança Feliz vem, juntamente com outras iniciativas fortalecendo os vínculos de famílias em situação de vulnerabilidade social. No ano de 2017, o município de Redenção aderiu ao programa e com este a oportunidade de diminuir as desigualdades sociais existentes em seu território. Buscava, dessa forma minimizar seus impactos, oferecendo apoio a famílias carentes, crianças e gestantes. O presente trabalho pretendeu analisá-lo a partir das percepções das pessoas que trabalham junto às famílias contempladas e de uma supervisora diretamente responsável pelo programa no município. O estudo tem como objetivo geral analisar se o programa vem atingindo seus objetivos no âmbito do município. Realizou-se uma pesquisa de abordagem qualitativa, sendo utilizadas técnicas de coleta de dados, como a pesquisa bibliográfica e um estudo de caso para a construção da base teórica; além de aplicação de um questionário com perguntas objetivas e subjetivas. Assim, quanto aos fins, o estudo classifica-se como uma pesquisa descritiva. Conclui-se através dos resultados obtidos que não ficou evidente se os principais objetivos do programa têm obtido êxito dentro do município considerando as respostas muitas evasivas e na perspectiva da pesquisadora ficou a dúvida quanto à excelência do trabalho que deveria acontecer de acordo com as diretrizes do programa ainda com relação aos resultados estes apontam que as famílias beneficiárias ainda permanecem, em situação de vulnerabilidade quanto aos aspectos da segurança alimentar e moradia. Diante dos resultados apresentados, questiona-se sobre a eficácia do programa já que seu objetivo tem um caráter mais amplo de assistência em vários níveis, embora não ficou evidente a eficácia do mesmo é importante ressaltar que a despeito de tudo, o programa existe no município, são contempladas famílias em algumas de suas demandas e que esperamos que este possa contribuir para minimizar o quadro de vulnerabilidade existente no município de Redenção Ceará.

Palavras-chave: Programa Criança Feliz. Visitadores. Vulnerabilidade Social. Bolsa família. Famílias carentes.

ABSTRACT

The Happy Child Program has, together with other initiatives, strengthened the bonds of families in situations of social vulnerability. In 2017, the municipality of Redenção joined the program and with it the opportunity to reduce the social inequalities that exist in its territory. In this way, it sought to minimize its impacts, offering support to needy families, children and pregnant women. The present work intended to analyze it from the perceptions of the people who work with the contemplated families and of a supervisor directly responsible for the program in the municipality. The general objective of the study is to analyze whether the program has been achieving its objectives within the scope of the municipality. A qualitative research was carried out, using data collection techniques, such as bibliographic research and a case study to build the theoretical basis; in addition to the application of a questionnaire with objective and subjective questions. Thus, as for the purposes, the study is classified as a descriptive research. It is concluded through the results obtained that it was not evident if the main objectives of the program have been successful within the municipality considering the responses very evasive and in the researcher's perspective was the doubt as to the excellence of the work that should happen according to the guidelines of the program still with respect to the results, they point out that the beneficiary families still remain, in a situation of vulnerability regarding the aspects of food security and housing. In view of the results presented, it is questioned about the effectiveness of the program since its objective has a broader character of assistance at various levels, although it was not evident the effectiveness of it is important to note that, despite everything, the program exists in the municipality , families are contemplated in some of their demands and we hope that this can contribute to minimize the situation of vulnerability that exists in the municipality of Redenção Ceará.

Keywords: Happy child program. Visitors. Social vulnerability. Family allowance. Needy familie

LISTA DE SIGLAS

BPC- Benefício de Prestação Continuada

CADÚNICO- Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

CDC- Cuidados para o Desenvolvimento da Criança

CRAS- Centro de Referência de Assistência Social

CF – Constituição Federal do Brasil

CONSEA- Conselho Nacional de Segurança Alimentar

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICSA-Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

ONU- Organização das Nações Unidas

PCF-Programa Criança Feliz

PMR- Prefeitura Municipal de Redenção

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

TCC- Trabalho de Conclusão de Curso

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNILAB- Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Quanto a formação do visitador?	31
Gráfico 2: Como se tornou visitadora?	32
Gráfico 3: Principais demandas nas visitas?	33
Gráfico 4: Existe um número determinado de famílias que você precisa atender? ...	33
Gráfico 5: Como acontece o trabalho de vocês junto as famílias?	34
Gráfico 6: Existe uma carga horária específica?	35
Gráfico 7: O comportamento das famílias junto aos visitantes?	35
Gráfico 8: Recebe formação continuada?	36

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1 POBREZA E MISÉRIA NO BRASIL	15
2.2 A SITUAÇÃO SOCIAL DAS CRIANÇAS EM VULNERABILIDADES	20
2.3 FAMÍLIAS VULNERÁVEIS E A PROTEÇÃO SOCIAL	22
3. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	23
4. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	26
5. METODOLOGIA	29
5.1 DESENHO DA PESQUISA	29
5.1.1 Classificação da pesquisa	29
5.1.2 Conhecendo o local da pesquisa	30
5.1.3 Técnicas de coleta de dados e escolha dos participantes.....	30
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO	30
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS.....	41
APÊNDICE.....	44

1 INTRODUÇÃO

Na tentativa de conhecer como funcionam as políticas públicas voltadas para a criança e ao adolescente em situação de vulnerabilidade social, o presente trabalho traz um resumo sobre a situação desse público em Redenção (CE) e um mapeamento das principais políticas sociais que visam solucionar esse problema. Busca, assim, encontrar respostas que oportunizem a compreensão de como tais políticas são desenvolvidas e o exame de sua efetividade, ao analisar se vem sendo alcançados seus objetivos de minimizar os efeitos das desigualdades sociais no município.

Vale ressaltar que as políticas públicas são ações que buscam resolver os problemas existentes na sociedade, a fim de tornar possível o alcance do bem-estar social (AMARAL, 2008). Porém, elas nem sempre nascem da iniciativa governamental ou de entidades não-governamentais, as demandas e lutas sociais populares também influenciam o processo de formulação de políticas, uma vez que os conflitos sociais atingem um nível elevado da participação decisória (OLIVEIRA, 2019). No final do século XVIII e início do XIX, a percepção que até então se tinha da criança foi gradualmente se modificando e a concepção de infância como uma etapa distinta da vida se consolidou na sociedade. Essa percepção, de acordo com Áries (1986), é concomitante à constituição da família nuclear, do estado nação e da nova organização do trabalho produtivo.

É possível afirmar que quando se reporta a fala sobre criança e adolescência ela surge com as mudanças inerentes à própria sociedade industrial que atribui o sentido desse perfil de faixa etária aqueles que se enquadravam dentro das leis do trabalho e a participação dos mesmos no sistema educacional e concomitantemente entendia que estes viviam sob a tutela dos pais. Corroborando com esse pensamento Áries (1986), ressalta que a especificidade da adolescência foi reconhecida e emergiu com a escolarização, que supõe a separação entre seres adultos e seres em formação, com a família burguesa que separa o espaço familiar do exterior e com a progressiva exclusão da criança do mundo do trabalho. Esse processo, que se iniciou nas classes sociais mais abastadas, estendeu-se para toda a sociedade e se impôs como um modelo que atingiu toda a organização social.

A criança foi, então, excluída do mundo do trabalho e de responsabilidades; foi separada do adulto, não participando mais de atividades nas quais até então a sua

presença era usual (ÁRIES, 1986). A criança adquiriu um status de pura, assexuada e inocente (COLL, 1995).

E assim a partir dessas concepções surge um novo olhar para esse universo adolescente, buscando entender suas necessidades e desejos e ao longo do tempo o tema adolescência vem ganhando cada vez mais espaço. Conforme Áries (1986), por volta de 1890 começou a se firmar o interesse pela adolescência, que se torna tema literário e preocupação de moralistas e políticos. Gradualmente, a adolescência como uma fase da vida vai se consolidando e se torna um fenômeno universal, com repercussões pessoais e sociais inquestionáveis. A adolescência passa a ser caracterizada como um emaranhado de fatores de ordem individual, por estar associada à maturidade biológica, e de ordem histórica e social, por estar relacionada às condições específicas da cultura na qual o adolescente está inserido. (ABERASTURY 1980; ABRAMO, 1994)

Em razão do processo de industrialização e modernização no Brasil, as cidades não tinham estrutura para atender às necessidades da população, assim, saúde, alimentação e moradia, eram algo totalmente deficiente para essas pessoas. O desenvolvimento de políticas para as crianças em situação de pobreza eram algo urgente, porém ocorreu de maneira superficial e enfraquecida muitos anos depois. (FREITAS, 2021).

Partindo das questões apresentadas e sabedores que as cidades principalmente do interior sofrem esses impactos da ineficácia das políticas públicas Redenção teria condições para alcançar uma parcela considerável das famílias em vulnerabilidade social?

Dessa forma levando em consideração que Redenção é uma cidade periférica, com diversos serviços públicos precarizados, e mesmo inexistentes, para atender às demandas de sua população, inclusive no que se refere às políticas públicas, surgiu à inquietação de analisar o Programa Criança Feliz dentro do Município.

Trata-se de um programa federal, ao qual o município aderiu. É importante lembrar que o Criança Feliz é um programa do governo federal e foi instituído por meio do Decreto nº 8.869, de 05 de outubro de 2016 tendo como fundamento a Lei nº 13.257, de 08 de março de 2016, que trata do Marco Legal da Primeira Infância. O público alvo do programa são gestantes, crianças de até 3 (três) anos e suas famílias beneficiárias do Bolsa Família; crianças de até 6 (seis) anos e suas famílias beneficiárias do BPC2; crianças de até 6 (seis) anos afastadas do convívio

familiar em razão da aplicação de medida protetiva prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente. (MDS, 2017)

Seus objetivos são: Promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância; Apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais; Colaborar no exercício da parentalidade, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação de crianças na faixa etária de até seis anos de idade; Mediar o acesso da gestante, das crianças na primeira infância e das suas famílias às políticas e serviços públicos de que necessitem; Integrar, ampliar e fortalecer ações de políticas públicas voltadas para as gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias. (MDS, 2017)

O Programa Criança Feliz tem caráter intersetorial, ou seja, envolve várias políticas públicas com a finalidade de promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida. Sendo assim, o Criança Feliz agrega as políticas de assistência social, educação, cultura, saúde, direitos humanos, direitos da criança e do adolescente, entre outras, tendo sua coordenação na Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano, do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2017)

O estudo tem como objetivo geral analisar se o programa vem atingindo seus objetivos no âmbito do município. O interesse pela temática de estudos se deu pelo interesse particular da pesquisadora haja vista o desconhecimento do programa na cidade de Redenção, lugar de residência da mesma.

Além desta introdução, o trabalho estrutura-se em mais cinco capítulos. No primeiro, buscar-se-á entender a situação das crianças em vulnerabilidade em um contexto mais amplo. Em seguida, no segundo capítulo, será apresentado a política de Assistência Social e como a mesma vem sendo trabalhada no espaço que contemple a adolescência e suas necessidades. No terceiro capítulo será feita a explanação do Programa Criança Feliz. No quarto capítulo será elencada a metodologia que o trabalho utilizou para alcançar os objetivos propostos. No quinto capítulo foram apresentados os resultados e discussões acerca da pesquisa e as considerações finais em que apontamos sugestões para futuros pesquisadores que tenha interesse em um maior aprofundamento sobre a temática.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 POBREZA E MISÉRIA NO BRASIL

O problema da miséria no país não é algo recente, a mesma se constituiu como uma questão social que já traz em seu bojo uma desigualdade muito grande entre aqueles que são mais abastados, o que corresponde aqui uma pequena minoria, enquanto outros, menos abastados uma parcela considerável da população brasileira.

Segundo um dado oficial do Ministério de Desenvolvimento de Combate à Fome datado de 2011, existiam no Brasil até esse ano cerca de 16,27 milhões de pessoas em condição de “extrema pobreza”, ou seja, com uma renda familiar mensal abaixo dos R\$70,00 por pessoa. Vale lembrar que ultrapassar esse valor não significa abandonar a pobreza por completo, mas somente a pobreza extrema. É preciso dizer, porém, que a pobreza não é uma condição exclusiva de uma região ou outra, como se costuma pensar. Praticamente todas as cidades do país (principalmente as periferias dos grandes centros metropolitanos) contam com pessoas abaixo da linha da pobreza.

No entanto, é válido ressaltar que, apesar dos problemas históricos, o Brasil vem avançando na área de combate à fome e à pobreza no país. Segundo um relatório divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o número de pessoas que abandonaram a pobreza no Brasil em 2012 ultrapassou os 3,5 milhões. Nesse estudo, o critério para pobreza extrema era, inclusive, mais alto que o acima mencionado: R\$75,00 por membro da família.

¹Dados mais recentes da ONU (Cepal), afirmam que vivendo na pobreza na América Latina e Caribe, o que inclui os dados do Brasil, havia 184 milhões de pessoas em 2017 (30,2% da população), com estimativa de pequena melhora em 2018, mesmo assim atingindo o patamar de 182 milhões de pessoas. Já a pobreza extrema atingia 10,2% da população em 2017, cerca de 62 milhões de pessoas; e as estimativas para 2018 eram de aumento para 63 milhões.

Embora tenha havido progressos, a situação continua dramática. De 2002 a 2016, os governos na América Latina dobraram seus gastos sociais, mas ainda se

¹ CAMPOS. Ricardo Prado Pires de. O problema da pobreza extrema, a ONU e a Constituição Federal. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/comunicados/la-pobreza-america-latina-semantuvo-estable-2017-pero-aumento-la-pobreza-extrema>. Acessado dia 05.mar.2021

situam na faixa de US\$ 894 *per capita* por ano, o que continua sendo insuficiente para fazer frente ao tamanho do problema.

É importante salientar que a pobreza pode ser percebida como a condição em que milhões de pessoas sem nenhum poder aquisitivo vivem ou tentam sobreviver diante da falta de condições mínimas de sobrevivência dentre as quais se pode citar: saneamento, básico, educação, saúde, trabalho, alimentação dentre outros direitos assegurados pela própria Constituição brasileira, direitos estes que acabam sendo usurpados dessas pessoas tendo em vista que não encontram-se políticas públicas efetivas que corroborem para a melhoria da qualidade de vida das mesmas fazendo com a situação apenas se agrave, “compreendendo aqui a omissão do Estado na adoção de medidas que visem minimizar ou equacionar essa problemática”. (YAZBEK, 2003)

Nesse sentido corroborem com a fala de Yazbek (2003) quando ele afirma que os pobres na verdade são aqueles que não possuem acesso a serviços essenciais, e concomitantemente são marginalizados vivendo assim a margem da sociedade.

Como lembra o estudo da Oxfam, em 2014, o Brasil vinha vencendo a guerra contra a fome, graças a um conjunto de medidas que incluía políticas concatenadas, investimentos governamentais em benefício de pequenos produtores rurais, e outras ações, entre elas, a criação de um Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) Segundo o Relatório, o número de pessoas em situação de fome no Brasil em 2018 tinha chegado a 5,2 milhões, devido a um aumento nas taxas de pobreza e desemprego e a cortes nos orçamentos para agricultura e proteção social. O relatório aponta ainda, como causa do aumento do número de famintos, os cortes no programa Bolsa Família e, desde 2019, o desmonte de políticas e estruturas destinadas a combater a pobreza, como o Consea. Ainda conforme o estudo, o advento da pandemia da covid-19 somou-se a essa combinação de elementos, aumentando rapidamente a pobreza e a fome em todo o país. Vale ressaltar que o país por ser territorialmente muito extenso e atrelado a isso cada região tem suas peculiaridades tal fator também pode ser apontado como um elemento que contribui para essa precarização dos menos favorecidos. Não afirmando que o Brasil seja um país pobre, em absoluto, um país cheio de recursos naturais, minerais, o que existe na verdade é uma má distribuição de renda, fazendo com que aquelas pessoas mais ricas acabem por oprimirem os mais pobres,

oferecendo empregos mal remunerados ou nenhum, empurrando as pessoas para buscarem sua sobrevivência em subempregos que os tire da condição de miseráveis.

O que nos leva a compreender que enquanto essa desigualdade existir jamais o Brasil será o país onde se possa viver dignamente onde a maioria da sua população não tem o mínimo de condições de sobreviver. (BARROS *et al*, 2000a) Ainda segundo (BARROS *et al*, 2000a), a questão da pobreza no país tem uma relação intrínseca com uma estrutura desigual que impera no Brasil desde muito tempo fazendo com que os ricos sejam cada vez mais ricos, e os pobres cada vez mais pobres.

Concordamos com Barros (*et.al*, 2003) enquanto houver uma má distribuição de renda, a situação dos menos favorecidos no Brasil não vai mudar, se tivermos como parâmetro as condições socioeconômicas de um país que com regiões bem distintas, onde as oportunidades não chegam para todos, é pouco provável que este quadro mude. Embora como já dissemos não queremos que o Estado seja o tutor dos mais pobres, embora deveria o ser em algumas situações, o que se deseja é paridade no que tange aos direitos.

As famílias pobres não podem oferecer uma educação de qualidade para seus filhos, uma moradia decente, alimentação considerando que estes mal conseguem sobreviver pela falta de trabalho ou por dependerem de subempregos. Como diminuir essa desigualdade se as oportunidades não surgem? Como penalizar um povo que não tem acesso a uma boa educação, que o leva a um trabalho e salários dignos para que possa oferecer o melhor para seus filhos?

Não se pode fugir da realidade em que vivem os mais pobres deste país, quando nosso olhar é voltado para as questões regionais é visível e assustador. Embora a situação de miséria e pobreza exista no contexto do Brasil de forma ampla, em algumas regiões nos parece mais visíveis. E aí onde a desigualdade social tem forma, cor e rosto, nasce o preconceito, a exclusão social e concomitantemente as famílias se tornam reféns de uma situação de miséria absoluta que agregada aos fatores já elencados contribui para que essa classe seja esquecida e de forma injusta seja privada em seus direitos fundamentais. (VÉRAS, 2003)

Como assevera (VÉRAS, 2003), vive-se no país, atualmente, um verdadeiro *apartheid* social em que a estrutura de poder vigente é centrada em um modelo econômico que gera crescente riqueza para poucos e pobreza para muitos, e que garante e privilegia o crescimento da economia, sem uma política de renda justa e de atendimento às necessidades básicas da maioria da população o Brasil apesar

de ser um país cheio de riquezas, mas em detrimento dessa estrutura de poder as transformações ocorridas na política econômica do Brasil produziram profundas mudanças na vida econômica, social e cultural da população, gerando altos índices de desigualdade social.

Concorda-se com Vêras (2003) e essa desigualdade gera um estado de vulnerabilidade social dessas famílias que ficam à mercê das mais vis formas de poder, tendo em vista que não se pode negar um poder econômico opressor que vem massacrando os pobres em benefícios de seus privilégios. Somente com políticas públicas que contemplem esses esquecidos, vulneráveis e desprovidos de um olhar assistencial será possível minimizar esse quadro.

E quando se fala em vulnerabilidade estamos aqui a tratar da situação em que muitas famílias são submetidas por não poderem viver dignamente estando estes sujeitos as crises que assolam o país, e sendo que estes sempre serão os mais afetados porque lhes falta o amparo legal para que possam viver com dignidade, sendo expostos a todo tipo de situação, inclusive a violência física. (KALOUSTIAN E FERRARI, 1994)

Ainda para Kaloustian e Ferrari (1994), por detrás da criança excluída da escola, nas favelas, no trabalho precoce urbano e rural e em situação de risco, está a família desassistida ou atingida pela política oficial.

Como bem assevera Kaloustian e Ferrari (1994) toda essa situação a que as famílias menos favorecidas são expostas implica diferentes outros riscos para todos que compõem sua estrutura, que vai desde o chefe da família, a criança, essa totalmente indefesa e sem condições para sobreviver.

Na realidade a pobreza gera fatores dos mais diferentes e vis que uma sociedade pode perceber. Haja vista que expõe não só a fragilidade dos mais humildes a violência, a falta de assistência, como também coloca o país como sendo um dos mais desiguais em sua distribuição de renda. É preciso que medidas sejam tomadas, que o coletivo tenha prevalência sobre o individual e que o Estado como responsável por essa situação apresentem medidas não paliativas, mas contínuas que a médio prazo possam resultar em mudanças significativas no quadro social da sociedade, colocando-se à disposição e em favor daqueles que por motivos quaisquer não tiveram a oportunidade de oferecerem condição de vida para suas famílias. (PEDRINI, 2003)

Petrini (2003) afirma que à medida que a família encontra dificuldades para cumprir satisfatoriamente suas tarefas básicas de socialização e de amparo/serviços

aos seus membros, criam-se situações de vulnerabilidade. A vida familiar para ser efetiva e eficaz depende de condições para sua sustentação e manutenção de seus vínculos.

Nesse sentido se pode afirmar que cabe aqui a intervenção do Estado. Diante da complexidade da situação de vulnerabilidade em que muitas famílias vivem hoje não se pode admitir a omissão do Estado que de certa forma é corresponsável por essa situação haja vista que não cumpriu com seu papel na oferta de condições básicas de sobrevivência a essa população quando lhe é negado seus direitos fundamentais para se viver dignamente repercutindo diretamente e de forma vil nos mais vulneráveis: os filhos, vítimas da injustiça social. (VICENTE, 1994)

Ao se perceber essa situação em que o país mergulhou desde muito tempo é possível compreender que não houve por um momento uma atuação direta do Estado para minimizar os efeitos dessa situação. O país está mergulhado numa crise social sem precedentes o que agrava ainda mais a vida das pessoas em estado de vulnerabilidade, e essa vulnerabilidade implica o não acesso a condições mínimas de sobrevivência além do fato de que tal situação coloca a população frente a outros problemas que vem junto, violência e com ela muitos ainda enveredam pelo caminho das drogas, prostituição que é outro fator complicador. Diante da inoperância do Estado muitas famílias estão entregues à própria sorte tornando-se vítimas em potenciais da violência, seja ela, física, moral, psicológica entre outras. (GUARESCHI, 2000)

Para Vicente (1994): O ser humano é complexo e contraditório, ambivalente em seus sentimentos e condutas, capaz de construir e de destruir. Em condições sociais de escassez, de privação e de falta de perspectivas, as possibilidades de amar, de construir e de respeitar o outro ficam bastante ameaçadas. Na medida em que a vida à qual está submetido não o trata enquanto homem, suas respostas tendem à rudeza da sua mera defesa da sobrevivência.

E como bem assevera Vicente (1994) quando o ser humano se sente ameaçado este pode reagir de diferentes maneiras colocando em risco sua própria vida e a vida de sua prole e da sociedade porque não dizer. É necessário e urgente que o Estado possibilite a que as pessoas em condições de vulnerabilidade possam viver com a certeza de que seus direitos serão respeitados. O que o homem deseja não é ser refém do Estado, o que ele espera é dignidade, e dignidade nos reporta a trabalho, educação, saúde, alimentação e moradia, a partir desses pilares o mesmo poderá viver e oferecer aos seus uma vida melhor, sem medo de chegar em casa e

não ver sua família sendo esfacelada pelo sistema, fazendo com que estes sejam oprimidos e de certa forma largados a própria sorte para sobreviverem. (VICENTE, 1994)

E viver em situação de vulnerabilidade é isto, ter seus direitos básicos negados. E vale salientar os mais frágeis são as crianças, que alheias ao que acontece ao seu redor, são as principais vítimas desse sistema, que pune, que exclui e não permite que estes pequenos tenham nem sequer o direito de sonhar

2.2 A SITUAÇÃO SOCIAL DAS CRIANÇAS EM VULNERABILIDADES

Quando se fala em saúde entende-se que é uma condição de bem estar físico e mental do ser humano. E para que se alcance essa situação é necessário que se viva de forma digna, e o é que viver de forma digna? Ter seus direitos assegurados, ou seja, educação, moradia, alimentação, saúde. E ao nos remetermos a situação do Brasil percebe-se que muitas dessas condições são inegavelmente não reconhecidas por uma grande maioria de sua população haja vista já apresentado anteriormente a desigualdade presente no país assim como o elevado número de pessoas em condições de pobreza e pobreza extrema. (OLIVEIRA, 2016)

E a extrema pobreza leva-nos a compreender o significado de vulnerabilidade. Para Oliveira (2016) a questão aqui tratada é entendida de maneira múltipla haja vista os diferentes significados que podem ser atribuídos a mesma, ou seja, a mesma pode ser entendida como um fator decorrente da extrema pobreza, ou um sintoma desta. Para uma compreensão melhor podemos aqui entender que situações de extrema vulnerabilidade leva as pessoas a se sentirem mais fragilizadas e essa fragilidade faz com que se busque algumas saídas quando não se encontra o caminho mais acertado ou menos doloroso para equacionar os problemas, alguns se envolvem com drogas, um mundo do crime, ao álcool, na verdade um caminho obscuro que para alguns acaba sendo o caminho mais solução de seus problemas. E nessa situação podemos encontrar diferentes pessoas, sendo que podem ser chefes de família, mães, ou até mesmo os filhos que sem perspectiva acabam enveredando pelo submundo do crime ou de alternativas que supostamente resolveriam suas angustias. (JANCZURA, 2012)

E entende-se nesse contexto que os mais fragilizados nessa situação de vulnerabilidade são as crianças que desde cedo convivem com a dor, a miséria e violência presente em muitas dessas famílias, que pela própria condição social acabam por submeter seus familiares a situações constrangedoras. (PORTO, 2007)

Na verdade, vale salientar que a negação de direitos fundamentais a essas famílias carentes leva ao entendimento de que o Estado falha no seu papel, na preservação desses direitos. Embora aqui possamos argumentar acerca das desigualdades sociais presentes no Brasil, estas não podem ser motivos para a inoperância do Estado em criar políticas públicas que vão de encontro as essas famílias em situação de vulnerabilidade. (CASTILHO, 2010)

Entendemos que é função do Estado prover uma situação de amparo as famílias em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido vale ressaltar que sem esse apoio, sem políticas que vão de encontro a essas demandas as famílias continuarão aumentando a estatísticas das desigualdades sociais, que implica em violência contra a criança e ao adolescente, violência doméstica e conseqüentemente fazendo com que as famílias nessa situação fiquem reféns de outro poder que acaba atuando onde o Estado falha. (LIBÓRIO, 2003)

Cabe apontar o que assevera Libório (2003) “Contextos sociais e históricos também participam da produção da violência, de forma que não podemos desconsiderar a violência estrutural e a violência social, relacionadas às desigualdades sociais, promovidas pelo sistema social injusto e gerador de exclusão social e de discriminações de classe, gênero, etnia e geração”. Ou seja, são vários fatores que corroboram para o estado em que muitas famílias se encontram, e esse apontado pelo autor acima citado também deve ser levado em consideração haja vista que não se pode dizer que essa situação de vulnerabilidade de famílias, e principalmente as crianças advém de uma situação recorrente no país, onde os menos favorecidos estão sujeitos as diferentes formas de violência e em especial a exclusão social, onde o Estado alheio a situação de muitas famílias não conseguem produzir políticas efetivas que sanem essas dificuldades e preconceitos tão enraizados na sociedade brasileira. (LIBÓRIO, 2003)

E o que acarreta uma situação mais grave é que nesse contexto as famílias se sentem incapazes de guardar seus familiares, cuidando e dando-lhe a proteção necessária para se viver com dignidade. E isso vai criando famílias desestruturadas, crianças sem perspectivas, com baixa autoestima. E conseqüentemente mais problemas vão surgindo. (LÔBO, 2015)

É preciso que o Estado se posicione, que as políticas públicas alcancem aqueles que realmente precisam dela, a situação se torna mais agravante quando as crianças são as principais vítimas desse descaso. Não se pode existir das famílias sem qualquer estrutura que seus filhos possam ser assistidos em todas as suas

necessidades quando nem mesmo as famílias conseguem sobreviver a essa situação de vulnerabilidade. (LÔBO, 2015)

Corroborando com Lôbo (2015) compreende-se melhor quem são as famílias em situação de vulnerabilidade e como o Estado deve atuar visando minimizar ou equacionar tais problemas que possam ajudar as mesmas a entenderem seu papel na sociedade e como tal ter seus direitos reconhecidos e paulatinamente possam ser dado dignidade a essas famílias.

2.3 FAMÍLIAS VULNERÁVEIS E A PROTEÇÃO SOCIAL

Como já dizia Rui Barbosa a família é a célula '*mater*' da sociedade. Mas o que dizer de famílias sem nenhuma condição social, que vivem à margem da sociedade. Como perceber as pessoas que compõem esse núcleo familiar, crianças, jovens, cônjuges. Que esperança pode existir para essas pessoas que não tem nenhuma condição de se sustentar. (SIMIONATO,2003)

É necessário entender que as crises econômicas que surgiram no país corroboraram para que muitas famílias chegassem a uma situação de extrema pobreza, algumas já advindas de situações de vulnerabilidade enquanto outras pelo próprio sistema capitalista imposta contribuíram ainda mais para esfacelar uma grande parcela das famílias brasileiras.

Quando se fala de desigualdade social estão aí engendradas situações de extrema pobreza onde as famílias não tem o mínimo para sua sobrevivência onde o Estado não consegue alcançar o que faz com o agravante da situação em si coloque essas famílias nessa condição.

Petrini (2003) afirma que à medida que a família encontra dificuldades para cumprir satisfatoriamente suas tarefas básicas de socialização e de amparo/serviços aos seus filhos surge nesse momento a vulnerabilidade da mesma haja vista que na incapacidade de oferecer condições mínimas de sobrevivência as seus o círculo acaba se fechando.

Concorda-se com Petrini (2003) é preciso cuidar das famílias, dando-lhe a estas condições para que possa suprir a necessidades de seus entes queridos e dessa forma impedir que a impossibilidade dessa oferta venha acarretar sérios transtornos para a vida em sociedade, tendo em vista que para muitos chefes de famílias sobreviver ainda é o fator mais importante nesse caos social em que muitos vivem ou tentam sobreviver.

Guareschi (2000), no mundo capitalista é notório que os mais ricos acabam se sobressaindo e enquanto os menos abastados são marginalizados haja vista a própria conjuntura social imposta pelo Estado, onde as pessoas pobres acabam se tornando mais pobre ainda haja vista a falta de uma política que ofereça a estes oportunidade e acesso ao básico e como direito adquirido. Para além do discurso é necessário ações que venha de encontro a essa população e suas necessidades básicas.

Entende-se que existe um longo caminho a ser percorrido, tendo em vista que é preciso vontade política, um olhar mais humanizado sobre os menos favorecidos e as perspectivas sob a ótica histórica deixa uma incógnita no ar. Até quando os pobres serão apenas estatísticos nas pesquisas? Até quando o Estado se omitirá de fazer o seu papel de oferecer condições de sobrevivência a essa população. Precisamos entender que enquanto existir desigualdade tão desproporcional na sociedade e isso inclui a má distribuição de renda, ou seja, quem tem o melhor poder aquisitivo vai escravizando e oprimindo quem não dispõe de nenhum não haverá uma sociedade justa. É preciso que o Estado atue com políticas que contemplem as famílias e que oportunizem as mesmas viver com dignidade que significa ter o básico, como: educação, saúde, lazer, alimentação, sem os quais não pode haver um equilíbrio entre as pessoas. (SIMIONATO,2003)

3. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Assistência Social é uma política pública, assim como a Saúde e a Educação. Trata-se de um dever do Estado e um direito de todo o cidadão que dela precisar. Está prevista na Constituição Federal de 1988 e é regulamentada pela LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social). É uma das áreas em que os/as assistentes sociais podem atuar. A Política de Assistência Social é entendida como uma iniciativa que vai ao encontro das pessoas em estado de vulnerabilidade social. Exige do Estado uma atenção toda especial a essas pessoas, considerando que estão desprotegidas e marginalizadas quando se trata da efetivação de seus direitos, ficando assim a mercê de situações que estes fiquem suscetíveis a qualquer tipo de violência, seja violência física, moral, psicológica entre outras.

Dessa forma percebe-se que existe uma nova concepção do que deve ser assistência social, ou seja, que a mesma deve suprir as lacunas já existentes que empurra as pessoas em condições de vulnerabilidade. Vale ainda ressaltar que essa nova assistência também tem a função de oferecer uma qualidade de vida, ou seja,

além de oferecer o básico como distribuição de recursos, é fundamental que oportunize a essas pessoas o direito a uma vida com dignidade, dando-lhes o acesso às suas necessidades e corroborando para diminuir as desigualdades tão gritantes nesse espaço de exclusão social. (COUTO, B.; YAZBEK, M. C.; RAICHELIS, R,2012)

Ainda com relação a Assistência Social vale ressaltar que a mesma foi instituída a partir da Constituição Federal de 1988 onde está assim explicitada na Seção IV Da Assistência Social.

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II - o amparo às crianças e adolescentes carentes; III - a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social; II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. Parágrafo único. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: I - despesas com pessoal e encargos sociais; II - serviço da dívida; III - qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados. (Parágrafo único acrescido pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003) (CF, 1988, p.112-113)

Dessa forma percebe-se que a intencionalidade da lei é exatamente promover a inclusão das pessoas mais vulneráveis dando-lhe, as mesmas a oportunidade de ter seus direitos assegurados e concomitantemente a dignidade da pessoa humana. Nesse sentido dentro da mesma lei são atribuídas as três esferas de poder que contempla o estado brasileiro. Vale ressaltar que somente em 1993 é que a mesma foi regulamentada através da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) nº 8742, de 07 de dezembro de 1993, onde a mesma versa pela aplicabilidade da lei e dessa forma deixando explicitada de que forma aconteceria todo esse processo para que os resultados pudessem acontecer e posterior avaliados, ficando assim assegurada em seu texto no Capítulo I da LOAS, quanto as definições e objetivos.

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (LOAS, 1993 p.1)

A partir desse entendimento é assegurada a assistência social o status de política de Estado, deixando a mesma de ser percebida como mera condição de clientelista sendo considerado a universalidade de todos perante a lei.

De acordo com Santos (2010) apesar do que está determinado na lei e consequentemente perceber a intencionalidade da mesma em assegurar a todos o direito fazer com que esta aconteça de fato e de direito é uma situação bastante complexa tendo em vista que os entraves burocráticos e até mesmo políticos com que da instituição da lei e posterior sua regulamentação demorou muito tempo, o que de certa forma contribuiu para compreender como é complexo a materialização de uma política pública tendo em vista que a mesma traz em seu bojo aspectos bastante complexo considerando a demanda da população a ser contemplada e compreendendo que esta precisa vislumbrar todos os aspectos para que não venha incorrer na inoperância pela incapacidade política de não saber lidar com uma classe tão sofrida como é o caso no país, onde as pessoas que se enquadram na situação de vulnerabilidade perpassa uma soma significativa e outro fator a promoção dos serviços também envolvem outras esferas e isso demanda organização, vontade política e acima de tudo o zelo pelo outro menos favorecido, já que a própria situação dessas pessoas contribuía para a existência de um clientelismo político que favorecia a política implantada desde sempre em nosso país.

Avaliar os impactos da Política de Assistência Social na vida dos cidadãos é condição igualmente importante em função da escassez de conhecimento e dados referentes à população que recorre a Assistência Social para satisfazer suas demandas histórica e socialmente produzidas, pois “trata-se de uma população destituída de poder, trabalho, informação, direitos, oportunidades e esperanças” (YAZBEK, 2004, p.22).

Concorda-se com Yazbek (2004) para isso se faz necessário que haja uma fiscalização das ações que são implementadas para que as mesmas não perca a sua intencionalidade e desvia de sua função de atender as pessoas menos favorecidas e se transforme em plataforma eleitoreira para aqueles que se apropriam do poder para usurpar o direito dos menos favorecidos.

4. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

O Criança Feliz integra ações nas áreas da saúde, assistência social, educação, justiça e cultura. Conforme estabelecido pelo Governo Federal instituída por meio do Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, e consolidada pelo Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, com a finalidade de promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida o Programa Criança Feliz se desenvolve por meio de visitas domiciliares que buscam envolver ações intersetoriais com as políticas de Assistência Social, Educação, Saúde, Cultura e Direitos Humanos.

O público alvo do programa são gestantes, crianças de até 3 (três) anos e suas famílias beneficiárias do Bolsa Família; crianças de até 6 (seis) anos e suas famílias beneficiárias do BPC2; crianças de até 6 (seis) anos afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida protetiva prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente. (MDS, 2017) Seus objetivos são: Promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância; Apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais; colaborar no exercício da parentalidade, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação de crianças na faixa etária de até seis anos de idade; Mediar o acesso da gestante, das crianças na primeira infância e das suas famílias às políticas e serviços públicos de que necessitem; Integrar, ampliar e fortalecer ações de políticas públicas voltadas para as gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias. (MDS, 2017)

O aporte inicial da iniciativa foi de R\$ 300 milhões. O projeto Criança Feliz se destaca como uma ação complementar ao Bolsa Família. Ele não oferece transferência direta de renda, mas sim uma assistência especial às crianças que pertencem às famílias pobres.

A ideia do governo é realizar visitas semanais nas residências das famílias do Cadastro único. Os pais são orientados por especialistas para cuidar da saúde dos filhos. Questões como alimentação, vacinação e higiene serão abordadas.

A equipe do Criança Feliz é multidisciplinar, ou seja, composta por diferentes especialistas. O projeto conta com a ajuda de pedagogos, centros de referência de assistência social e escolas. Através das ações junto à comunidade, o programa espera reduzir a taxa de mortalidade infantil no Brasil.

O público-alvo é composto por gestantes e crianças com idade até três anos, que pertencem às famílias atendidas pelo Bolsa Família e outros programas

sociais do CadÚnico. Em caso de crianças com deficiência, as visitas domiciliares são realizadas até os seis anos de idade.

Apesar de ser um programa criado por Michel Temer, o Criança Feliz continua atendendo à população no governo de Jair Bolsonaro. No início do mês de julho de 2019, o Ministério da Cidadania anunciou que 420 mil crianças em situação de vulnerabilidade social seriam incluídas na iniciativa. Atualmente, o programa atende cerca de 3 milhões de crianças e gestantes.

O público-alvo do Criança Feliz foi ampliado em 2019. Agora, o atendimento não é mais uma exclusividade daqueles que pertencem ao Bolsa Família ou recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC). O programa passou a incluir todas as crianças e gestantes do Cadastro Único.

Entre os objetivos do Programa criança feliz destaca-se a promoção e o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família em seu contexto de vida; fortalecimento da presença da assistência social nos territórios e a perspectiva de proteção proativa e da prevenção de situações de fragilização de vínculos, de isolamento e de situações de risco pessoal e social; desenvolvimento de ações de capacitação e educação permanente que abordem especificidades, cuidados e atenções a gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias, respeitando todas as formas de organização familiar.

Desde quando foi criado, em 2016, o programa tem buscado expansão. Hoje, são atendidas 3 milhões crianças e gestantes em todo o Brasil. A equipe conta com 18 mil visitantes domiciliares, que são encarregados de orientar as famílias sobre questões do desenvolvimento integral na primeira infância. Até o momento, 2.623 municípios aderiram ao programa social voltado para crianças e gestantes. A iniciativa cresceu consideravelmente e passou a integrar várias áreas, como saúde, cultura, educação, justiça, assistência social e Direitos Humanos.

Desde quando o programa foi criado, mais de 16,8 milhões de visitas foram realizadas. Com isso, mais de 3 milhões crianças e gestantes receberam ajuda. O Ministério da Cidadania não está sozinho no Programa Criança Feliz. Ele conta com 15 entidades parceiras, como é o caso da Fundação Itaú Social, Unicef, Fundação Pitágoras e a ONU. Todas contribuem de alguma forma com a iniciativa, principalmente na qualificação dos visitantes domiciliares e supervisores. Como em vários setores da economia e dos programas sociais, a pandemia

do novo coronavírus exigiu do Criança Feliz uma série de adaptações para que as políticas de atenção à primeira infância continuassem sendo aplicadas de forma continuada e eficiente. A realidade do atendimento nas casas teve de ser ajustada para preservar a saúde das famílias e dos técnicos visitantes. O contato olho no olho, as conversas no sofá de casa, as orientações e dinâmicas com mães e responsáveis tiveram que ser modificadas.

É importante que as pessoas saibam que o programa não parou. Durante a pandemia foi produzido material de apoio para gestores e visitantes do Criança Feliz, com *cards* e apresentações instrutivas para não deixarem as famílias desatendidas.

² Mesmo em meio às restrições impostas pela COVID-19, o Criança Feliz superou em 2020 a marca de mais de um milhão de crianças e gestantes acompanhadas, num total superior a 42 milhões de visitas com a missão de estimular o desenvolvimento cognitivo, motor e afetivo de crianças com idade de até seis anos.

“É importante que as pessoas saibam que o programa não parou. Durante a pandemia foi produzido material de apoio para gestores e visitantes do Criança Feliz, com *cards* e apresentações instrutivas para não deixarem as famílias desatendidas durante esse período. É importante frisar que é sempre necessário seguir a metodologia específica (observar, perguntar, escutar, elogiar, orientar), as diretrizes, os pilares e os objetivos do programa”, ressalta a secretária nacional de Atenção à Primeira Infância do Ministério da Cidadania, Luciana Siqueira.

Ainda de acordo com Luciana Siqueira durante o último ano foi permitido o uso de WhatsApp, e-mail e videochamadas como ações complementares para as famílias com acesso a smartphone e internet. “Já para as famílias com telefone ou celular convencional foram utilizadas ligações telefônicas e mensagens de texto. Como há famílias sem acesso a ferramentas tecnológicas, a comunicação pode ser também por meio de correspondência física, com entrega via correio de cartas com orientações, atividades e materiais”, acrescenta Luciana Siqueira.

O Ministério da Cidadania investe na primeira infância para romper o ciclo de desinformação de pais e responsáveis e, ao mesmo tempo, garantir uma geração de crianças saudáveis, com potencial para aprendizagem, socialização e produtividade.

² Programa criança feliz. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/> acessado dia 10.mar.2021

5. METODOLOGIA

Considerando a importância das políticas públicas que corroboram para diminuir as desigualdades no país e conseqüentemente atender a um determinado público, aqui especificamente gestantes, crianças de até três anos e suas famílias, além de outros grupos em situação de vulnerabilidade social levando em consideração que Redenção é uma cidade periférica, com diversos serviços públicos precarizados, e mesmo inexistentes, para atender às demandas de sua população, inclusive no que se refere às políticas públicas, surgiu à inquietação de analisar o Programa Criança Feliz dentro do Município haja vista fortes críticas ao programa citado

A partir do questionamento apresentado, tem-se como objetivo geral: analisar se o programa vem atingindo seus objetivos no âmbito do município. Para tanto, tem como objetivos específicos a análise do seu processo de implementação e do seu andamento, sob a ótica dos gestores e demais trabalhadores, além de documentos que apontem os resultados do programa.

5.1 DESENHO DA PESQUISA

5.1.1 Classificação da pesquisa

Para Godoy (1995) algumas características básicas identificam os estudos denominados “qualitativos”. Segundo esta perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno. Levando isso em consideração e tendo em vista que o presente trabalho busca compreender como acontece o Programa “Criança Feliz” no município de Redenção. Quanto à natureza, é uma pesquisa descritiva. Para Gil (2002, p. 42) “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.”. tendo em vista que o presente trabalho buscou compreender a partir da visão dos visitantes, estes responsáveis por atuarem diretamente com as famílias que participam do programa assim como também a visão supervisora do Programa no município

Quanto aos procedimentos técnicos, optou-se pela pesquisa bibliográfica, análise documental e aplicação de questionários. Primeiramente foi realizada a busca

de um embasamento teórico, por meio da leitura de livros, dissertações e artigos de periódicos sobre o tema relativo a crianças em estado de vulnerabilidade, assim como também um maior aprofundamento sobre a política de assistência social e de forma especial o Programa “Criança Feliz”.

Após isso, realizou-se um questionário com o objetivo, de obter um maior conhecimento sobre o programa e suas especificidades, como, o número de usuários, equipe, local de realização dos encontros, além de dias e horários.

5.1.2 Conhecendo o local da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida no município de Redenção localizado a 60km da capital Fortaleza e com população estimada de 26.415 habitantes, de acordo com o último censo, a pesquisa aconteceu na Secretaria de Assistência Social. (PMR, 2021)

5.1.3 Técnicas de coleta de dados e escolha dos participantes

Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se um questionário, contendo 09 perguntas com 08 visitantes que realizam o trabalho e um questionário contendo 12 perguntas para uma 01 supervisora do Programa Criança Feliz. A elaboração do questionário se deu através de pesquisas sobre o programa a ser pesquisado e de trabalhos que discorrem sobre o programa em alguns municípios brasileiros.

A pesquisa foi realizada via as mídias sociais como WhatsApp tendo em vista as orientações de distanciamento social em decorrência da pandemia que o mundo atravessa. O questionário foi enviado para a supervisora do programa que repassou para os visitantes e estes deram o retorno através do mesmo mecanismo, o que possibilitou organizar as informações apresentando os resultados através de gráficos que nos darão uma visão de como o trabalho é desenvolvido no município de Redenção CE.

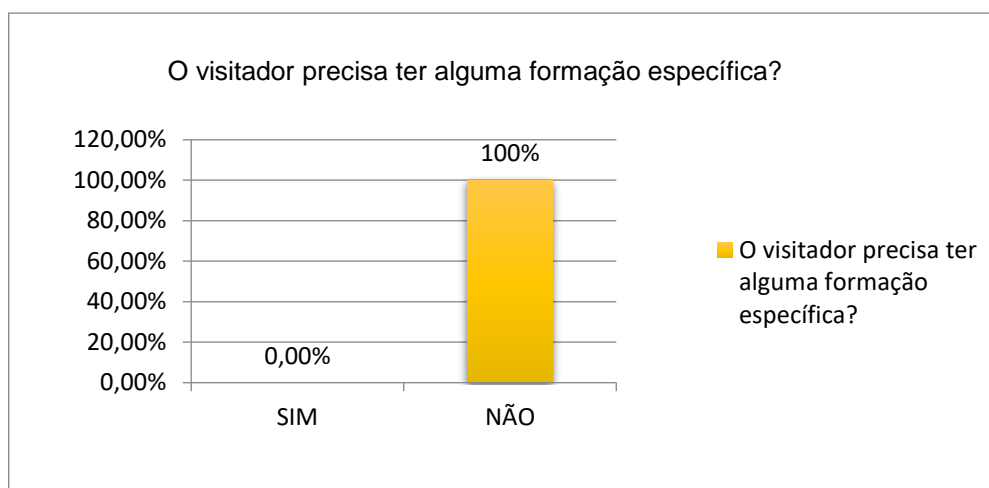
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados coletados e tabulados são parte desta pesquisa, que se deu por meio de aplicação de questionários contendo questões subjetivas direcionadas a 08 pessoas que fazem parte da equipe de visitantes do programa e 01 supervisora do programa no município de Redenção. Nesse sentido, primeiramente, o intuito da aplicação do questionário foi de identificar o perfil dos usuários atendidos pelo

Programa “Criança Feliz” e compreender as percepções dos mesmos acerca do programa. Para facilitar o entendimento, optou-se por apresentar os dados dos resultados da pesquisa em forma de gráficos.

A respeito das entrevistas nos discursos apresentados, verificou-se que no primeiro questionamento sobre a necessidade de formação para os visitantes, obtivemos os seguintes resultados: Segundo a visão dos respondentes embora não precisem de uma formação específica, 100% têm ensino superior ou alguma formação técnica. Considerando as respostas foi possível constatar que a grande maioria tem formação em nível superior, o que nos leva a perceber que as dificuldades para entrar no mercado de trabalho levam as pessoas com uma formação específica ficarem fora do mercado e buscam outras alternativas para conseguir um trabalho. Como demonstrado no gráfico (1) abaixo.

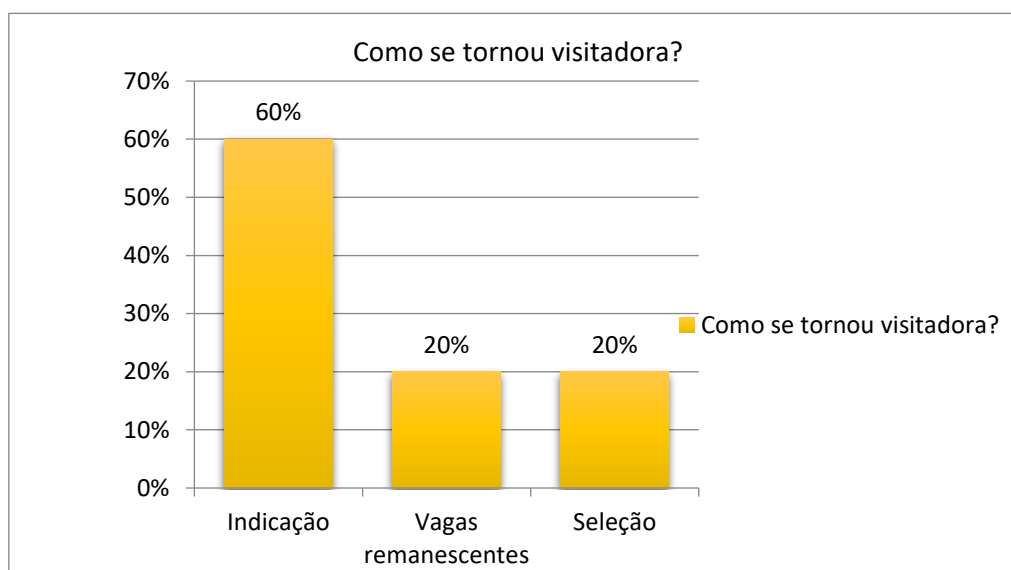
Gráfico 1: Quanto a formação do visitador?



Fonte: a autora

Como acontece em qualquer programa que venha a ser ofertado no âmbito dos municípios normalmente o que se percebe é que os mesmos acabam sendo oferecidos a pessoas que apresentam algum vínculo com políticos ou pessoas influentes dentro das prefeituras. O gráfico (2) revela que 60% dos respondentes foram indicados por algum político, enquanto 20% afirmaram que souberam das vagas e procuraram a secretaria de assistência social e obtiveram as vagas remanescentes, e 20% entraram por alguma desistência de algum candidato, isso nos leva a entender que ainda persiste a velha política do toma lá dá cá em todos os níveis seja em qualquer programa, não é levado em consideração a competência. Abaixo o gráfico (2) explicita a realidade apresentada.

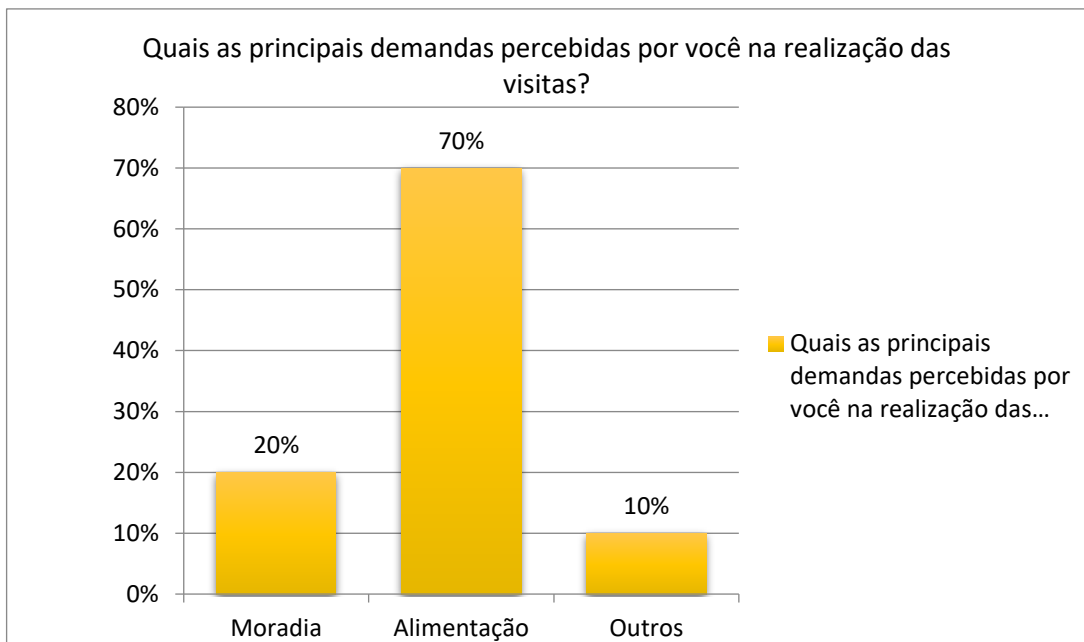
Gráfico 2: Como se tornou visitadora?



Fonte: a autora

Depois de traçar o perfil dos visitantes optamos por conhecer o trabalho dos mesmos dentro do Programa Criança Feliz. E perguntamos quais as principais demandas que eles percebem ao longo do trabalho desenvolvido junto à comunidade. Sobre os problemas que afetam as pessoas beneficiadas 70% dos respondentes apontaram que a alimentação é a grande preocupação, em seguida moradia com 20% das respostas e 10% apontaram outras condições. Entendemos que a questão da alimentação significa a própria sobrevivência do homem, dessa forma compreende-se que a grande preocupação da maioria das pessoas apontou ser essa a maior dificuldade. Em seguida a problemática da moradia embora alguns programas já se passaram ao longo de vários governos os mesmos não tem sido eficientes o bastante para sanar essa problemática não apenas do município de Redenção, mas do país como um todo. Abaixo o gráfico (3) apresenta as informações encontradas

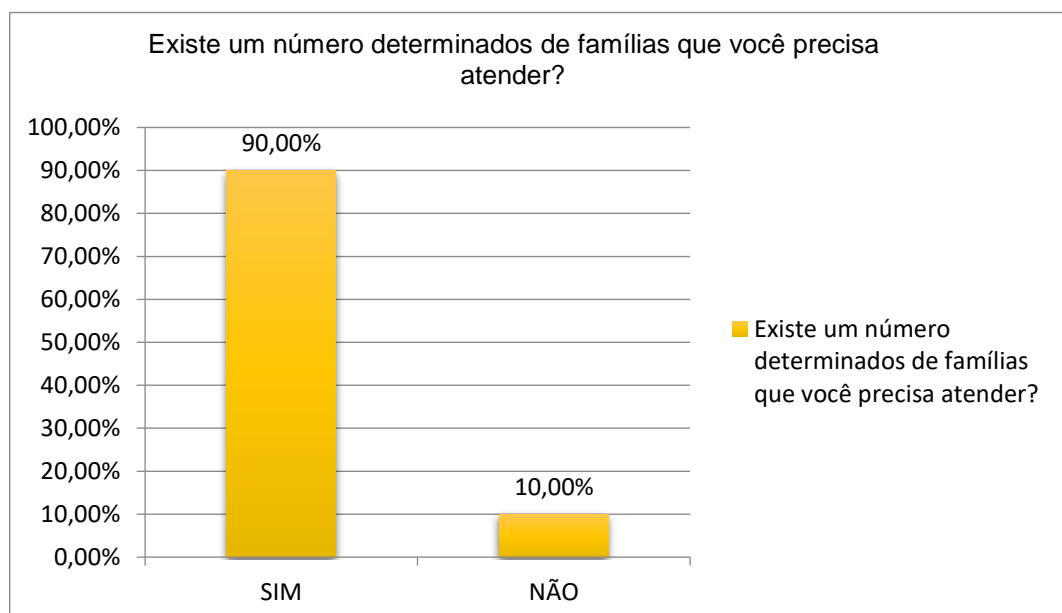
Gráfico 3: Principais demandas nas visitas?



Fonte: a autora

Conforme o gráfico (4) com relação ao número de famílias que devem ser atendidas por cada visitador, as respostas também muito sucintas, apenas 90% responderam que precisam atender 30 famílias, os outros 10% não expressaram numericamente essa quantidade, apenas afirmaram que sim, ou seja, que existe um número determinado, mas não souberam determinar. Como descrito no gráfico (4) abaixo.

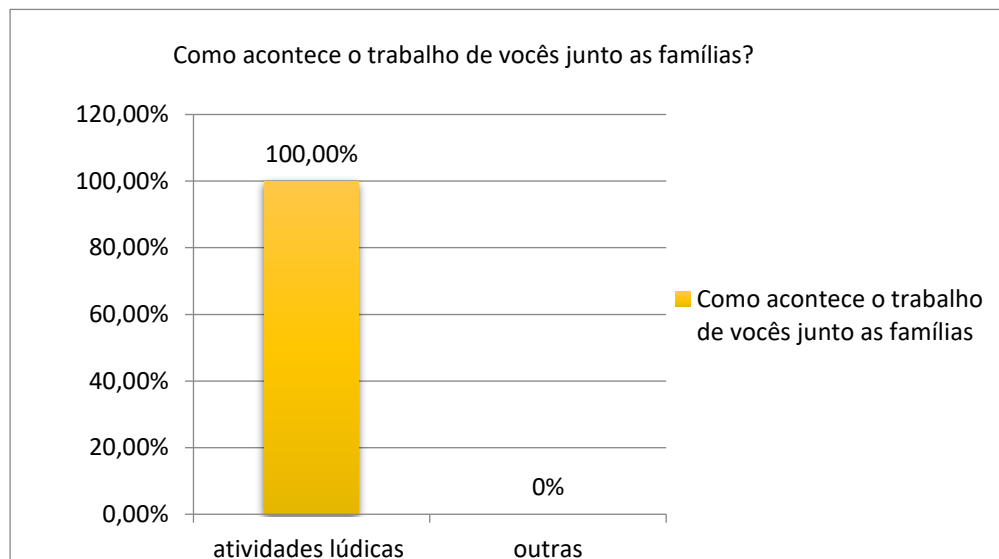
Gráfico 4: Existe um número determinado de famílias que você precisa atender?



Fonte: a autora.

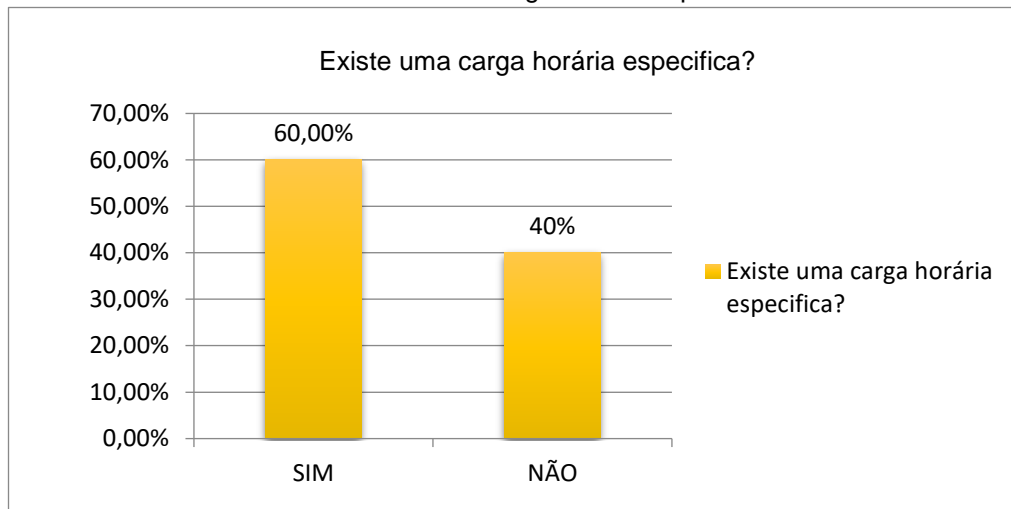
Como mostra o gráfico (5) perguntado sobre como são desenvolvidas as atividades com as famílias. 100% dos respondentes afirmaram que é através de atividades educativas e ajudando as mesmas a solucionar possíveis dúvidas sobre as mesmas. O que se percebeu apesar das respostas terem sido enviadas via WhatsApp que não houve uma compreensão daquilo que se desejava saber. Assim nos mostra o gráfico (5) abaixo apontado.

Gráfico 5: Como acontece o trabalho de vocês junto as famílias?



Sobre a existência de uma carga horária específica como mostra o gráfico (6) as respostas foram dadas de maneira evasiva põem dúvidas acerca do envolvimento dos entrevistados no programa haja vista que não houve uma unanimidade com relação a carga horária de trabalho. 60% dos respondentes afirmaram que existe, enquanto outros 40% afirmaram que não. Na verdade, o que se entende das orientações acerca do programa é a necessidade de contemplar um determinado número de horas, talvez tenha faltado aos respondentes observarem a pergunta ficando a pesquisadora na dúvida quanto a responsabilidade dos mesmos no desenvolvimento do seu trabalho como visitador. Como aponta o gráfico (6) abaixo.

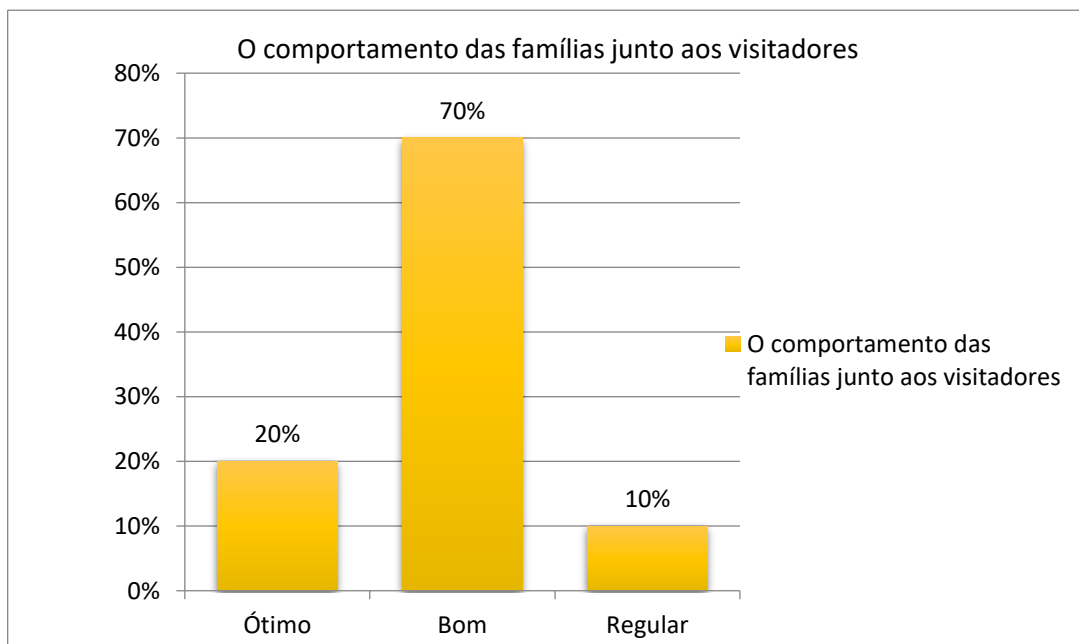
Gráfico 6: Existe uma carga horária específica?



Fonte: a autora

Como aponta o gráfico (7) sobre a receptividade das famílias ao trabalho dos mesmos 70% dos respondentes afirmaram que a receptividade é boa, enquanto 20% apontaram que são ótimos, as famílias os recebem muito bem, mas 10% disseram que são tratados de forma regular, ou seja, demonstram alguma desconfiança, mas depois o quadro muda, tornando os familiares mais receptíveis a visita. Como demonstra abaixo o gráfico (7).

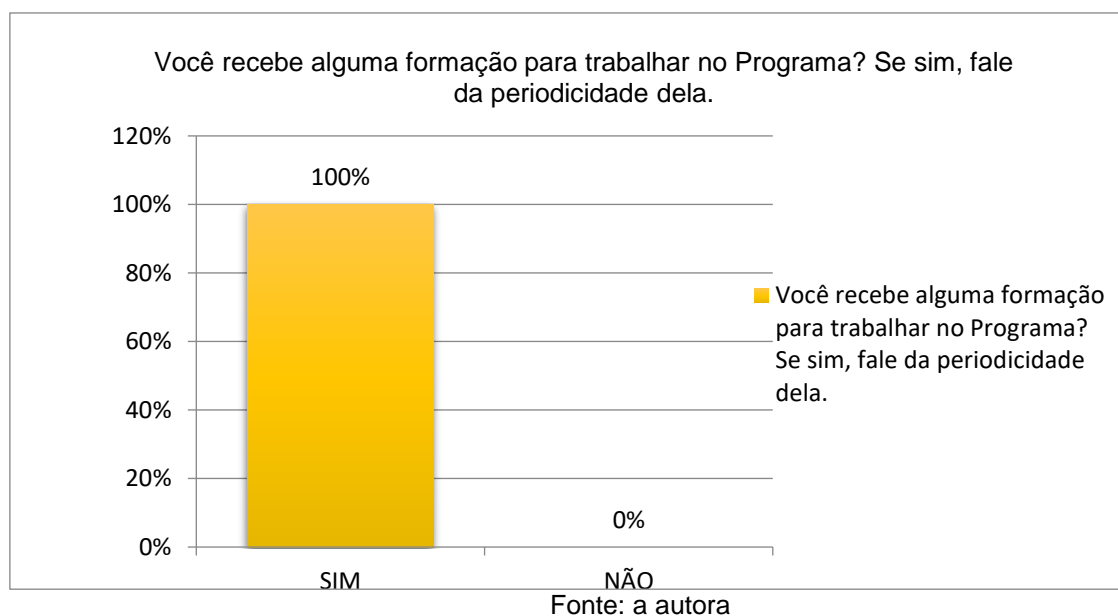
Gráfico 7: O comportamento das famílias junto aos visitantes?



Fonte: a autora

De acordo com o gráfico (8) Sobre a formação continuada dos visitantes 100% dos respondentes afirmaram receber formação e que estas contribuem para que os mesmos possam desenvolver um bom trabalho junto as famílias. Conforme gráfico (8) abaixo.

Gráfico 8: Recebe formação continuada?



Perguntado aos visitantes sobre as atividades que você realiza durante as visitas? E a periodicidades das mesmas, responderam que as atividades são realizadas através de atividades lúdicas que buscam promover uma maior aproximação entre os profissionais e as crianças.

É importante ressaltar que as respostas deixam dúvidas quanto a operacionalização do trabalho destes, já que não foi possível um contato direto, tendo em vista que o questionário foi entregue por intermédio da supervisora sendo que a pesquisadora não teve acesso direto a essas pessoas considerando a própria situação sanitária em que o mundo atravessa. Mas nos pareceu as respostas muitas vagas para fechar um posicionamento mais efetivo sobre o trabalho desses profissionais.

Ressaltamos ainda que diante do quadro as respostas não foram satisfatórias para entender a dinâmica do programa no âmbito do município de Redenção, o que se lamenta tendo em vista que era de suma importância tais esclarecimentos para oportunizar mais clareza no efetivo desenvolvimento deste junto ao público que deve ser contemplado.

Ainda contemplando o instrumento de coleta de dados o questionário, o trabalho também contemplou a supervisora do Programa Criança Feliz no município de Redenção. Vale ressaltar que os questionamentos foram direcionados

especificamente sobre o Programa e como este é desenvolvido no município em questão. E obtivemos as seguintes respostas. Perguntado sobre sua formação a mesma respondeu:

Sou Licenciada em Pedagogia e Bacharelado em Humanidades.
(SUPERVISORA)

Sobre seu tempo de atuação à frente da assistência social ressaltou:

Na área da assistência social com experiência mais abrangente no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos cerca de 7 anos, e dentro da estrutura física da própria secretaria como supervisora do PCF atuo a 5 meses. (SUPERVISORA)

Perguntada sobre o que é o Programa Criança Feliz obtivemos a seguinte resposta:

É um programa do Governo Federal, cujos principais objetivos são o fortalecimento de vínculos familiares e o desenvolvimento integral da criança, tendo como pilar as visitas domiciliares e a intersetorialidade.
(SUPERVISORA)

Sobre o público alvo do programa a entrevistada afirmou:

São Gestantes inseridas no Cadastro Único, crianças de 0 a 3 anos inseridas no Cadastro Único, crianças de 0 a 6 atendidas pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC), crianças de 0 a 6 anos afastadas do convívio familiar em situação de acolhimento. (SUPERVISORA)

Em relação a metodologia adotada pelo programa obtivemos a seguinte resposta:

Sim, o método Cuidados para o Desenvolvimento da Criança (CDC) se baseia em amplas abordagens que vão desde orientações sobre o desenvolvimento da criança no campo psicossocial, saúde e nutrição, com atividades que apoiem os cuidadores e as famílias a interagirem cotidianamente e a realizarem atividades que promovam o desenvolvimento das crianças. Os profissionais são capacitados com esse método para identificarem lacunas em determinadas áreas do desenvolvimento da criança e assim orientar sobre atividades específicas que promovam a superação destas mesmas. (SUPERVISORA)

Sobre os profissionais que atuam no programa:

Pela regulamentação do programa é obrigatório que seja composto por visitador e supervisor, e opcionalmente coordenador. Atualmente em Redenção o programa é composto por 10 visitadoras e uma supervisora. Contando com apoio das equipes de referências dos CRAS, através de encaminhamentos. (SUPERVISORA)

Sobre os recursos recebidos pelo programa afirmou:

que recebem recursos do governo federal, mas não especificou o montante.
(SUPERVISORA)

Perguntado sobre quais os critérios para a inserção da criança no Programa, obtivemos a seguinte resposta:

Indivíduos em situação de vulnerabilidade. destacando ainda que para ser contemplados é preciso ser residente em um dos territórios atendidos pelas visitadoras, e preferencialmente ser beneficiário do programa bolsa família. E confirmou que o programa já acontece em Redenção desde o ano de 2017. (SUPERVISORA)

Ainda questionamos como o Programa tem contribuído para a qualidade de vida das famílias no município de Redenção?

o programa vem contribuindo no fortalecimento das políticas públicas voltadas a primeira infância, entendimentos dos cuidadores sobre a importância dos cuidados responsivos para com as crianças, fortalecimentos de vínculos familiares e comunitários, bem como no desenvolvimento integral das crianças atendidas. (SUPERVISORA)

Sobre o universo de famílias contempladas dentro do município a mesma respondeu:

O programa visa atender indivíduos, desta forma atualmente são 290, número esse que pode sofrer variação a cada mês, dependendo da quantidade de indivíduos que entram e saem do programa, uma vez que ao completar a idade estabelecida pelo programa a criança é desligada do mesmo podendo ser substituída por outra. (SUPERVISORA)

Sobre o momento atual que o mundo tem atravessado na saúde a respeito da pandemia na saúde como o Programa conseguiu caminhar? E de que forma a Secretaria atuou no enfrentamento a essas dificuldades? A supervisora assim se posicionou:

Sim, o programa continuou atuante. O ministério da cidadania por meio de portaria possibilitou que as visitas continuassem acontecendo de forma remota, e as famílias que não dispõem de recursos para essa modalidade de atendimento foi garantido atendimento presencial de forma segura, ou seja, todos os profissionais devidamente equipados com EPIs de proteção individual, seguindo as recomendações de higiene e distanciamento social, a secretaria municipal não mediu e nem mede esforços para que os atendimentos aconteçam, tanto presencial, quanto remoto. Proporcionou inclusive formações para os profissionais sobre uso adequado dos EPIs, bem como disponibilização integral dos mesmos, e orientações a serem repassadas as famílias sobre os cuidados cotidianos para evitar a contaminação pelo novo coronavírus. (SUPERVISORA)

Já com relação ao comportamento da supervisora considerando suas respostas, nos pareceu muito técnica o que deixa dúvidas sobre a questão humanizadora que envolve qualquer programa que tem como beneficiários pessoas em condições de vulnerabilidades. Não se desejava que os entrevistados se mostrassem apáticos ou preocupados com a situação, mas que nos parecessem mais inteirados da situação de cada família, das expectativas que o programa pudesse oferecer a essas famílias.

Enfim é importante ressaltar que a pesquisa foi realizada, embora não tenha se mostrado respostas contundentes sobre a situação do programa no município de Redenção acredito que foi possível compreender a dinâmica do programa e como este deve acontecer.

Outro fator que não contribuiu muito foi a situação da pandemia no mundo que provocou o isolamento, assim como o distanciamento social, impondo sérias restrições o que de fato trouxe dificuldades em todas as áreas da sociedade.

Portanto apesar das dificuldades foi possível realizar a pesquisa, mas consideramos a necessidade de um maior aprofundamento para futuros pesquisadores e que de forma mais qualificada possam encontrar as respostas mais contundentes para as questões que a pesquisa desejou responder.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das dificuldades por conta da pandemia que assola o mundo a pesquisa em questão foi consolidada a despeito dos inúmeros desafios enfrentados, tendo em vista que a orientação de distanciamento social assim como também a impossibilidade de se aproximar dos atores que fizeram parte da pesquisa, sendo esta realizada através da elaboração de questionários que foram enviados via WhatsApp para que os respondentes pudessem clarificar as dúvidas pertinentes quanto ao “Programa Criança Feliz” no município de Redenção.

Apesar de todas as barreiras sanitárias e os cuidados necessários a pesquisa conseguiu de forma parcial atender aos objetivos propostos, haja vista que as respostas um tanto vaga deixou a pesquisadora com dúvidas tendo em vista o pouco esclarecimento das respostas apresentadas pelos entrevistados.

Vale ressaltar que o objetivo principal era conhecer como o Programa Criança Feliz tem sua atuação no município de Redenção e não foi possível de forma mais ampla considerando que o que se percebeu foi respostas que estão inseridas no próprio manual do programa e que alguns dos entrevistados pareciam alheios as informações que lhe foram elencadas.

Portanto para a pesquisadora faltou um comprometimento maior dos entrevistados, assim como também da supervisora do programa que não se apresentou de forma parcial não levando em consideração a importância do trabalho acadêmico para a vida da pesquisadora.

Dessa forma esperamos que os esclarecimentos técnicos possam ser instrumentos de pesquisas para outros pesquisadores e que os mesmos possam ter mais objetividade no desenvolver de suas futuras pesquisas.

Vale ressaltar que a respeito de tudo, o programa existe no município, são contempladas famílias em algumas de suas demandas e que esperamos que este possa contribuir para minimizar o quadro de vulnerabilidade existente no município de Redenção Ceará.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H.W. (1994). **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta, Página Aberta.

ABRAMOVAY M, Castro MG, Pinheiro LC, Lima FS, Martinelli CC. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO; 2002.

AMARAL, Sylvia Maria Mendonça. **União Homossexual como Direito de Família**. 2008. Disponível em <<http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI70205,41046-Uniao+homossexual+como+Direito+de+Familia>>. Acesso em 04 de fev. de 2021.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986. p.279

BARROS, R. P. de, HENRIQUES, R., MENDONÇA, R. **O combate à pobreza no Brasil: dilemas entre políticas de crescimento e políticas de redução da desigualdade**. In: HENRIQUES, R. (org.). Anais do Seminário Desigualdade e Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro, ago. 1999.

_____. **Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 42, fev. 2000a.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União; 1990.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. **Sistema único de assistência social (suas)**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/suas>. Acesso em: 07 de dez. 2020.

BRASIL. **Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. Proteção básica**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protECAobasica>. Acesso em: 08 de dez. de 2020.

BRASIL. Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. **Proteção especial**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protECAoespecial>. Acesso em: 20 de dez. 2020.

BRASIL. Lei 8.742. **Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Brasília, 7 de dezembro de 1993, 172º da Independência e 105º da República.

BRASIL. Lei 12.435. Altera a Lei no8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. **Diário Oficial da União**. Brasília, 6 de julho de 2011; 190º da Independência e 123º da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm. Acesso em: 08 de dez. de 2020.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004**, Brasília, novembro 2005.

CARLA. Jiménez. **Extrema pobreza sobe e Brasil já soma 13,5 milhões de miseráveis**. Disponível

em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/06/politica/1573049315_913111

CASTILHO, Ricardo. **Direitos humanos: processo histórico – evolução no mundo, direitos fundamentais: constitucionalismo contemporâneo**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

COLL, C., Palácios, J., & Marchesi, A. (1995). **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva** (v.1). Porto Alegre: Artes Médicas

COUTO, B.; YAZBEK, M. C.; RAICHELIS, R. **A política nacional de assistência social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos**. In: _____ (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2012.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIECNÔMICOS. Disponível em: <https://www.diesse.org.br/boletimdeconjuntura/2020boletimdeconjuntura023.html>. acesso em: 25 de fev. de 2021.

FLECK MP. **The World Health Organization instrument to evaluate quality of life (WHOQOL-100): characteristics and perspectives**. *Cienc Saude Coletiva* 2000; 5:33-8.

FREITAS, Eduardo de. **"Industrialização do Brasil"; *Brasil Escola***. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/industrializacao-do-brasil.htm>. Acesso em 27 de fev de 2021.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
GODOY, A. S. A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 35, n. 4, Jul./Ago. 1995A, p.65-71.

GODOY, A. S. **Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 35, n. 2, Mar./Abr. 1995B, p. 57-63.

Programa Criança Feliz: o que é, como funciona e quem tem direito. Disponível em: <https://bolsafamilia.blog.br/outros-programas-sociais/programa-crianca-feliz/> acesso em: 05 de jan. de 2021.

GUARESCHI P. Introdução, pp.17-25. In P Guareschi & S Jovchelovitch (orgs.). **Textos em representações sociais**, ed. vozes. Petrópolis, 2000.

INSTITUTO COMVIVER – Ribeirão Preto/SP (CRP 06/5904)

JANCZURA R. **Risco ou vulnerabilidade social?** *Textos Contextos* (Porto Alegre) 2012; 11:301-8.

KALOUSTIAN SM & Ferrari M 1994. **Introdução**, pp. 11-15. In SM Kaloustian (org.). **Família brasileira, a base de tudo**. Ed. Cortez-Unicef, São Paulo-Brasília.

LIBÓRIO, R. M. C. **Desvendando vozes silenciadas: adolescentes em situação de exploração sexual**. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo, 2003.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. Direito civil: **famílias**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

Manual de gestão municipal do Programa Criança Feliz [recurso eletrônico] / Edição Ministério da Cidadania. Secretaria Especial de Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Promoção e Desenvolvimento Humano. - Brasília: Ministério da Cidadania, 2019.

MARTINS JS (org.) **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil**. (2ª ed.). Ed. Hucitec, São Paulo, 1993.

OLIVEIRA, A. B. S. **Controladoria governamental: governança e controle econômico na implementação das políticas públicas**. São Paulo: Atlas, 2019. 216
PETRINI, JC. Pós-modernidade e família. Ed. Edusc, Bauru. 2003.

OLIVEIRA LMA. **Vulnerabilidade social e situações de risco**. <http://www.mp.rn.gov.br/portal/inicio/pessoa-com-deficiencia/pessoacom-deficiencia-material-de-apoio/2037-vulnerabilidade-social-e-situacoes-de-risco-1?path> acesso em: 13 de fev. de 2021.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza. **Uma Ecologia Política dos Riscos: princípios para integramos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. 248p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO. O município. disponível em: <https://www.redencao.ce.gov.br/> acesso em: 20 de fev. de 2021.

SANTOS, E. T. V. dos. **Direito empresarial**. 10. ed., rev e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

SIMIONATO, Marlene Aparecida Wischral & OLIVEIRA, Raquel Gusmão. **Funções e transformações da família ao longo da História**. I Encontro Paranaense de Psicopedagogia – ABPppr – nov./2003.

VÉRAS, MPB 2003. **Prefácio à edição brasileira**, pp. 13-29. In S Paugam. Desqualificação social – ensaio sobre a nova pobreza. Trad. de C Giorgetti & T Lourenço. Ed. Cortez/Educ, São Paulo.

VICENTE CM 1994. **O direito à convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção do vínculo**, pp. 47-59. In SM Kaloustian (org.). *Família brasileira, a base de tudo*. Ed. Cortez-Unicef, São Paulo-Brasília.

YAZBEK. Maria Carmelita. **As Ambigüidades da Assistência Social brasileira após dez anos de LOAS**. In: Revista Serviço Social e Sociedade, Assistência Social Políticas e Direitos, nº 77, ano XXV, ed. Cortez, março de 2004.

APÊNDICE



Entrevista elaborada como parte da pesquisa de campo do TCC intitulado “VULNERABILIDADES NA INFÂNCIA: ANÁLISES DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ NA CIDADE DE REDENÇÃO, CEARÁ”. na Secretaria de Assistência Social para análise de pesquisas e resultados sobre o Programa Criança Feliz.

Entrevista com os visitantes(as) do Programa.

1. O(a) visitador(a) precisa ter algum tipo de formação específica? E ele(a) precisa ser funcionário(a) concursado(a)?
2. Como você se tornou um(a) visitador(a)?
3. Quais as principais demandas percebidas por você na realização das visitas?
4. Existe um número determinado de famílias que você precisa atender?
5. Explique como acontece o trabalho de vocês junto as famílias?
6. Existe uma carga horária específica para cumprir?
7. Como você percebe o comportamento das famílias com o trabalho de vocês?
8. Você recebe alguma formação para trabalhar no Programa? Se sim, fale da periodicidade dela.
9. Quais as principais atividades que você realiza durante as visitas? E as visitas são realizadas em que periodicidade?



Entrevista elaborada como parte da pesquisa de campo do TCC intitulado “VULNERABILIDADES NA INFÂNCIA: ANÁLISES DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ NA CIDADE DE REDENÇÃO, CEARÁ”. na Secretaria de Assistência Social para análise de pesquisas e resultados sobre o Programa Criança Feliz.

Entrevista com o Supervisor(a) do Programa.

1. Qual sua formação?
2. Quanto tempo atua na Secretaria de Assistência Social do município de Redenção?
3. O que é o Programa Criança Feliz?
4. Qual o público-alvo do Programa?
5. Vocês utilizam algum tipo de metodologia para a realização do trabalho? Se sim. Explique?
6. Quais os outros profissionais que atuam no Programa? E quantos são?
7. O Programa recebe algum recurso? Quais?
8. Quais os critérios para a inserção da criança no Programa?
9. Desde que ano o Programa atua no município?
10. De que forma o Programa tem contribuído para a qualidade de vida das famílias no município de Redenção?
11. Quantas famílias são contempladas no mesmo?
12. Diante do quadro que tem assolado o mundo com a questão de saúde pública no que diz respeito a pandemia na saúde o Programa conseguiu caminhar? E de que forma a Secretaria atuou no enfrentamento a essas dificuldades?